

Editorial

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Em dezembro, a CEP organizou a XXII edição do Seminário Ética na Gestão. Na ocasião, além dos painéis sobre temas contemporâneos em ética pública, houve a premiação do VII Concurso de Boas Práticas.

Destaque nesta edição para os Decretos nº 10.571, de 2020, e nº 10.889, de 2021, que tratam da Nova Declaração de Conflito de Interesses pelo Sistema e-Patri, e sobre divulgação de agenda por agentes públicos federais, respectivamente. Nos informes, registramos o Seminário do Fórum das Estatais, um debate filosófico promovido pelo IFC, o lançamento do vídeo institucional da CEP e o 12º Encontro Anual do CONSET com as Comissões de Ética. Com pesar, registramos também o falecimento de um colega do SGEF.

O texto de apoio "Minuto da Ética", para divulgação pelas comissões, encerra o ano falando sobre a importância do exemplo para a construção da confiança nas relações de trabalho. A recomendação da Secretaria-Executiva da CEP é de que o "Minuto da Ética" seja distribuído e/ou veiculado em meio virtual nos órgãos e entidades para disseminação de orientações sobre conduta ética e para apoio à divulgação do trabalho das comissões setoriais.

Com votos de paz e saúde a todos os membros da Rede de Ética do Poder Executivo Federal, nos despedimos brevemente, até nosso reencontro em janeiro.

Brasília, dezembro de 2021.

Secretaria-Executiva da CEP

BOAS PRÁTICAS

CEP realiza XXII Seminário Ética na Gestão

Aconteceu, nos dias 1º e 2 de dezembro de 2021, o XXII Seminário Ética na Gestão – Temas Contemporâneos em Ética Pública –, promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP), por meio de sua Secretaria-Executiva e com o apoio da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CIS/PR). O evento foi realizado em modalidade híbrida, contemplando atividades presenciais e remotas, com transmissão ao vivo pelo YouTube.



O Seminário, que é referência no fomento da ética no país, nesta 22ª edição, promoveu discussões importantes de temas atuais, com apresentação de metodologias e iniciativas inovadoras relacionados à ética na gestão pública e nas suas relações com a iniciativa privada e com a sociedade brasileira. O encontro reuniu especialistas da Administração Pública federal, de entes subnacionais e de outros poderes, que ressaltaram a importância da valorização da cultura ética nas relações profissionais e comerciais, seja no campo público ou privado, em busca de uma cultura de integridade que alcance todos os setores do país e que promova a evolução enquanto sociedade.

A cerimônia de abertura contou com a presença de autoridades públicas, que ressaltaram a relevância do tema e reafirmaram o comprometimento da Alta Administração com a ética no país. Compuseram a mesa o Presidente da CEP, Antonio Carlos Nóbrega; o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Luiz Eduardo Ramos; o Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Alexandre Cordeiro Macedo; o Conselheiro da CEP Edson Sá Teles; e o Advogado-Geral da União, Bruno Bianco Leal, que proferiu a palestra magna do Seminário. Em sua apresentação, Bruno Leal destacou questões relacionadas à ética em suas diferentes acepções e aplicações, incluindo as repercussões econômico-financeiras decorrentes de ambientes com baixa ou alta confiança, baseada no nível de maturação de valores éticos.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

No primeiro dia de evento, também aconteceu a Cerimônia de Premiação dos vencedores da VII edição do Concurso “Boas Práticas na Gestão da Ética”, conduzida pelo Conselheiro da CEP Edson Sá Teles e por Mariana Covre, Gerente-Executiva Jurídica e de Integridade



da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Os dois integrantes fizeram parte da Comissão Avaliadora do Concurso, em conjunto com a Conselheira da CEP Roberta Codignoto. Na ocasião, representantes das quatro comissões de ética que tiveram seus projetos selecionados, bem como os dirigentes das instituições relacionadas (Universidade Federal do Paraná, Secretaria da Receita Federal, Correios e Hemobrás), apresentaram suas práticas e receberam a premiação das mãos de representantes da CEP.

Painéis

No Seminário deste ano foram apresentados três painéis com os seguintes temas: “Justiça e Ética: a ética como instrumento para tomada de decisões”; “GT-Ética: novo Código de Ética e Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal”; e “A ética e a integridade como instrumentos de prevenção de ilícitos”.

O primeiro painel, moderado pelo Presidente da Comissão de Ética Pública, Antonio Carlos Nóbrega, contou com a participação do Procurador do Estado do Rio de Janeiro, André Uryn, que compartilhou a experiência no desenvolvimento de um sistema ético estadual, com apoio da Comissão de Ética Pública; do Subprocurador-Geral da República, Brasilino Pereira dos Santos, que compartilhou a história da elaboração do Código de Ética Profissional do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal, de 1994; e da Ministra Substituta do Tribunal Superior Eleitoral, Maria Cláudia Bucchianeri, que discorreu sobre a importância da participação feminina na vida pública e sobre a necessidade de engajamento feminino como elemento de legitimidade nos processos de tomada de decisão.

O painel “GT-Ética: novo Código de Ética e Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal”, que ocorreu no segundo dia do evento, foi

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

moderado pela Coordenadora-Geral do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal, Ana Maria Guimarães. Na apresentação, os painelistas Edson Sá Teles, Secretário de Controle Interno da Presidência da República; Márcio Denys Pessanha Gonçalves, Diretor de Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União; Ciro Carvalho Miranda, Diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos Internos da Advocacia-Geral da União; e Leonardo José Mattos Sultani, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia, falaram sobre o trabalho desenvolvido pelo GT-Ética na construção da proposta do Código de Ética e Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal, com destaque para a exposição dos temas principais tratados no âmbito das relatorias técnicas apresentadas por cada órgão componente do GT.

O terceiro e último painel – “A ética e a integridade como instrumentos de prevenção de ilícitos” –, foi moderado pelo Secretário-Executivo da Comissão de Ética Pública, Wellington Gontijo, e contou com a participação do Corregedor-Geral da União, Gilberto Waller Júnior; do Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, Salvador Dahan; e do Procurador da República, Marcelo Ribeiro. Na ocasião, foram discutidos aspectos humanos e comportamentais relacionados ao fortalecimento da integridade e da cultura ética nas instituições, com apresentação de iniciativas no contexto da Governança Corporativa e da Integridade que contribuem para propiciar um ambiente ético, saudável e produtivo.

O Seminário é uma iniciativa que abre espaço para a difusão e o intercâmbio de boas práticas de gestão e educação para a ética, dando visibilidade às ações desenvolvidas pela CEP e pelas comissões de ética que compõem o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, bem como incentiva ações para educação e prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético desejável para o desempenho da função pública.

A gravação do evento será disponibilizada em breve no [canal da Secretaria-Geral da Presidência da República no YouTube](#).

Nova Declaração de Conflito de Interesses pelo Sistema e-Patri

No último dia 9 de dezembro de 2021, entrou em vigor o Decreto nº 10.571, de 2020, que substituiu as antigas Declarações Confidenciais de Informações – DCI pela Declaração de Conflito de Interesses, que agora será apresentada por meio do Sistema Eletrônico de Informações Patrimoniais e de Conflito de Interesses - e-Patri.



O e-Patri é um sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU) por meio do qual agentes públicos civis da Administração Pública federal direta e indireta devem apresentar as suas declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses, conforme art. 1º do referido Decreto.

A Comissão de Ética Pública detém competência para analisar as situações pessoais e patrimoniais dos integrantes da Alta Administração federal, a fim de prevenir a ocorrência de conflitos de interesses.

As análises sob competência da Comissão de Ética Pública (CEP) das Declarações de Conflito de Interesses serão realizadas, de forma automatizada, por meio do novo sistema.

Devem apresentar Declaração de Conflito de Interesses: Ministros de Estado; ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; e os presidentes, os vice-presidentes e os diretores, ou equivalentes, de entidades da administração pública federal indireta.

As informações a serem disponibilizadas são:

- existência de cônjuge, de companheiro ou de parente, por consanguinidade ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses;

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

- relação das atividades privadas exercidas no ano-calendário anterior e, se for o caso, indicar o respectivo pedido de autorização para exercício de atividade privada encaminhado à Comissão de Ética Pública; e
- situação patrimonial específica que suscite ou possa eventualmente suscitar conflito de interesses e, se for o caso, o modo pelo qual pretende evitá-lo.

O Manual do e-Patri está disponível na [página da CGU](#). A SECEP apresentará em breve informações atualizadas sobre o uso do Sistema.

Não deixe de encaminhar as informações solicitadas. A colaboração dos agentes públicos é extremamente importante para garantir a Ética na Administração Pública.

Publicado Decreto sobre divulgação de agenda por agentes públicos federais

Foi publicado, no Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro, o [Decreto nº 10.889, de 2021](#), que disciplina a divulgação de agenda de compromissos por agentes públicos federais.

O normativo também dispõe sobre a participação em audiências, sobre a concessão de hospitalidades por agente privado e institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (e-Agendas).

A Controladoria-Geral da União e a Comissão de Ética Pública irão promover, conjuntamente, o monitoramento da aplicação do normativo.



INFORMES

Seminário do Fórum das estatais



O Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais realizou, dias 24 e 25 de novembro, seu XVII Seminário. O evento teve por objetivo discutir assuntos que visam ao fortalecimento dos princípios governamentais e empresariais de gestão da ética, bem como o aprimoramento das relações das empresas estatais com seus diversos públicos e com a sociedade em geral.

Entre os temas abordados estavam “assédio em tempos de teletrabalho”, “desafios e éticos da utilização de IA para governos e sociedade”, “uso ético dos dados do cidadão” e “ética em ambiente de transformação digital”.

A gravação do evento está disponível no [canal da DataPrev no YouTube](#) - [1º Painel](#), [2º Painel](#) e [3º Painel](#).

IFC promove live acerca da Moral e Ética na Administração Pública

A Comissão de Ética do Instituto Federal Catarinense organizou, no dia 7 de dezembro, um debate acerca da Moral e Ética na Administração Pública.

O evento contou com a participação dos professores Tiaraju Molina Andrezza, Doutor em Filosofia e professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, e Everton Miguel Puhl Maciel, também Doutor em Filosofia e professor adjunto no curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

A gravação do evento está disponível no [canal do IFC no YouTube](#).

Comissão de Ética Pública apresenta vídeo institucional no XXII Seminário Ética na Gestão

A Comissão de Ética Pública (CEP) lançou, por ocasião do XXII Seminário Ética na Gestão, em 1º de dezembro de 2021, seu primeiro vídeo institucional. Por meio de uma linguagem simples, direta e lúdica, o material, produzido pela Secretaria-Executiva da



Comissão, procura apresentar a estrutura da CEP, a composição do Colegiado, suas competências e principais serviços oferecidos e ações desenvolvidas, além das capacitações voltadas para as comissões de ética integrantes do Sistema de Gestão da Ética, coordenado e supervisionado pela CEP.

Dessa forma, a Comissão busca promover ações que assegurem a boa comunicação com os agentes públicos, comissões de ética e sociedade em geral, de modo a evidenciar e explanar os eixos de sua missão de zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal, velar pela Lei de Conflito de Interesses e resguardar a moralidade pública, o que, entre outras atividades, demanda ações de orientação a autoridades, para que se comportem de acordo com as normas e com vistas a inspirar o respeito e a confiança da sociedade no serviço público, promovendo a ética na Administração Pública.

[Clique aqui](#) para acesso do vídeo Institucional pelo YouTube.

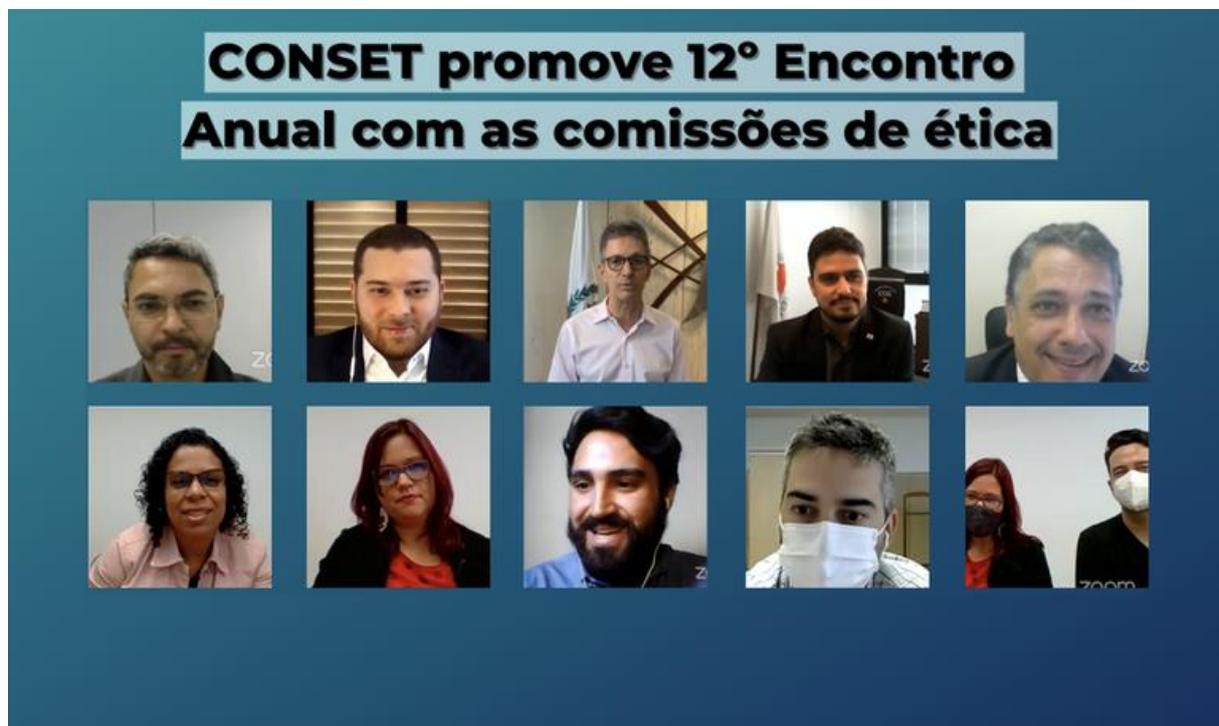
12º Encontro Anual do CONSET com as Comissões de Ética

No dia 10 de dezembro, o Conselheiro da Comissão de Ética Pública Edson Leonardo Dalésio Sá Teles participou da 12ª edição do Encontro Anual do CONSET (Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais) com as Comissões de Ética. A transmissão do evento foi realizada no canal do Youtube da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG).

Edson Leonardo Sá Teles apresentou os trabalhos do GT- Ética para a atualização do Código de Ética dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

do Código de Conduta da Alta Administração Federal, instituído pela Exposição de Motivos nº 37, de 18 de agosto de 2000.



O Conselheiro fez menção à estratégia estabelecida para a realização dos trabalhos, a qual incluiu reuniões quinzenais, estudos técnicos, entrevistas com especialistas e enquetes para participação das partes interessadas nos normativos em revisão (Agentes Públicos do Poder Executivo federal, Comissões de Ética Setoriais e Sociedade).

Participaram do evento o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; Jonatan Agnelli, Secretário Executivo do CONSET; Lucas Magalhães, Presidente do CONSET; Patrícia Muniz, Presidenta da Comissão de Ética da Empresa Mineira de Comunicação (EMC); Rodrigo Fontenelle, Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais e Marcos Caldeira, Presidente da Comissão de Ética da SEINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade.

Acesse a gravação do evento [aqui](#).

Nota de pesar

A Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública compartilha, com pesar, a notícia do falecimento do Professor Antonio Heriberto Catalão Júnior, presidente da Comissão de Ética da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa.

Professor Catalão era diretor da Faculdade de Línguas Estrangeiras e Tradução (Falet), prestando importantes contribuições para o fortalecimento do curso. Foi também professor nas Universidades Federais do Pará (UFPA), Amazonas (UFAM), Rondônia (Unir) e do Maranhão (UFMA).



Com informações da [Unifesspa](https://www.unifesspa.org.br).

Fórum Virtual atinge a marca 500 membros

Em dezembro, quando completou um ano e meio, o Fórum Virtual da Rede de Ética alcançou a marca de 500 membros, e mais de 5700 interações.

O Fórum é espaço reservado em que os membros e servidores do SGEP podem se comunicar diretamente, facilitando o compartilhamento de conhecimento e experiências.

Entre os objetivos do Fórum estão:

- Desenvolver parcerias voltadas ao fortalecimento da cultura de Gestão da Ética na Administração Pública direta e indireta;
- Disseminar conhecimentos e boas práticas relacionados aos temas de gestão, apuração, educação e mediação;
- Disponibilizar informações relativas a cursos, palestras, seminários, treinamentos e materiais de capacitação;
- Identificar e promover agendas de mútuo interesse, visando o desenvolvimento institucional.

Se ainda não faz parte do Fórum, entre em contato com a SECEP (eticase@presidencia.gov.br) e peça o convite para sua Comissão.